

INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO (ISEP)

**CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL, PARA O SERVIÇO DE
FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS NATURAL A DIVERSAS INSTALAÇÕES DO INSTITUTO
SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO**

ISEP/INS/68572/2025

CADERNO DE ENCARGOS

1

Concurso Público, com publicitação internacional, para o serviço de fornecimento contínuo de gás natural a diversas instalações do Instituto Superior de Engenharia do Porto - ISEP/INS/68572/2025

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I**CONDIÇÕES GERAIS****Capítulo I**

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente concurso, tem por objeto, a aquisição, por parte do ISEP, do serviço de distribuição de gás natural, em regime de fornecimento contínuo, a diversas instalações, para o ano 2025, com publicação do correspondente aviso no Diário da República, ao abrigo do disposto no artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como a publicação do anúncio previsto no artigo 131.º no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Os serviços em causa, inserem-se no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos **(CPV) 65210000 - (Distribuição de gás)** e terão de obedecer às especificações e condições técnicas constantes do presente caderno de encargos e respetivo anexo.

Cláusula 2.ª

(Entidade Adjudicante)

A Entidade Adjudicante é o Instituto Superior de Engenharia do Porto, doravante ISEP, pessoa coletiva de direito público dedicada ao ensino da engenharia, fundada em 1852, assumindo-se como socialmente responsável na procura da excelência de formação de cidadãos de elevada competência profissional, científica e técnica, numa ampla diversidade de perfis de qualificação, na investigação e transferência aplicada de tecnologia e de saber, na criação e difusão da cultura e do conhecimento científico, sempre no compromisso com o desenvolvimento sustentável do país, num quadro de referência.

Cláusula 3.ª**(Preço Base)**

1. O preço base do presente concurso é de 400.000,00 € (*quatrocentos mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base inclui as tarifas reguladas pela ERSE para o fornecimento de gás natural, previstas na Diretiva 12/2019.

Cláusula 4.ª**(Preço contratual)**

1. Pela aquisição do gás objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o ISEP pagará ao adjudicatário o preço relativo às parcelas constantes da sua proposta, em função do **consumo efetivamente verificado**, relativas à componente de consumo (kWh), de acordo com o especificado na sua proposta, bem como as tarifas relativas às parcelas das componentes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nomeadamente:
 - a) Termo Tarifário Fixo;
 - b) Tarifa de Acesso à Rede;
 - c) Capacidade de Entrada;
 - d) Taxa de Ocupação de Subsolo (se aplicável);
 - e) Outras taxas legalmente obrigatórias.
2. Os preços constantes da proposta apenas serão revistos durante a vigência do contrato, no que se reporta às parcelas descritas nas alíneas a) a e) do n.º 1, de acordo com as tarifas fixadas pela ERSE a vigorar na vigência do contrato.
3. O valor do preço do gás a pagar, baseia-se na média diária do índice TTF, que mede o preço médio da comercialização de gás no mercado mundial, valorizado em Euros, correspondente ao mês de Consumo: TTF, que corresponde ao preço médio do mês de consumo para efeitos de faturação no mês seguinte, conforme publicação efetuada no site <https://my.elexys.be/MarketInformation/SpotTtf.aspx>.

Cláusula 5.ª

(Locais a abastecer)

O serviço objeto do contrato a celebrar, será prestado, no campus do Instituto Superior de Engenharia do Porto, nos seguintes locais aos quais correspondem os CUI (código universal de instalação):

Consumo em Baixa pressão Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano	
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO	
Edifícios G e H - Caldeiras	PT1601000000147579PD
Edifício E - Caldeira	PT1601000000126573SW
Edifícios B, C, D, I, J e LTQ - Caldeiras	PT1601000000126572SR
Edifício F - Oficinas	PT1601000000205760PT
Edifício F - Caldeira Aquecimento	PT1601000000205758FK
Edifício F – antigo restaurante	PT1601000000205761PR

Cláusula 6.ª

(Contrato)

1. O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. O presente Caderno de Encargos
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. A proposta adjudicada;
 - d. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário; e
 - e. A declaração de consentimento relativa à proteção de dados pessoais (Anexo A);
 - f. Anexos I e II, respetivamente, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável e alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual nele são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse diploma legal.
5. Além dos documentos referidos no n.º 2, o adjudicatário obriga-se igualmente a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 7.ª

(Duração do Contrato)

1. O presente contrato terá início no dia seguinte à sua assinatura e terá a duração de um ano ou quando se esgotar o preço contratual, podendo ser prorrogado por períodos de um ano, até ao máximo de 2 renovações, salvo, nomeadamente, denúncia por qualquer uma das partes por carta registada, com uma antecedência mínima de 60 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
2. Caso venha a ocorrer a cessação do contrato, sem que se esgote o preço contratual, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização.

Capítulo II

Obrigações

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 8.ª

(Obrigações gerais do Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrerá para o Adjudicatário as obrigações:
 - a) Obrigação de fornecer os serviços nos termos do presente Caderno de Encargos e do contrato;
 - b) Comunicar, com a devida antecedência (nunca com um prazo inferior a 10 dias úteis), os factos (quando previsíveis) que tornem total ou parcialmente impossível, a prestação de serviço ou o

incumprimento de qualquer outra das suas obrigações a que está adstrito e que possam comprometer a boa execução do contrato;

c) Não alterar o objeto contratual;

d) Cumprimento de toda a legislação em vigor, no que concerne à prestação de serviços objeto do presente contrato.

2. O Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do Contrato a celebrar com base nas melhores práticas de mercado, respeitando a legislação relativa à proteção da propriedade intelectual e industrial, bem como as exigências decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

3. O Adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos, técnicos e materiais, incluindo-se nestes os necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do Contrato a celebrar.

Cláusula 9.ª

(Dever de Sigilo)

1. Sem prejuízo do acesso a informação constante do objeto do Contrato, nos termos e condições previstas na lei, o Adjudicatário e todos os elementos da sua equipa de trabalho devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica, jurídica, comercial ou outra a que tenham acesso no âmbito do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo, nos termos do número anterior, não podem ser transmitidas a terceiros.

3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo, nos termos da presente cláusula, não podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente à execução do Contrato a celebrar.

4. Exclui-se do disposto nos números anteriores a informação e a documentação designadas pelo ISEP para publicação ou que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pelo ISEP, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, prestígio ou confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª

(Dados Pessoais)

O ISEP e o Adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos, nos termos do Anexo A o presente caderno de encargos.

Cláusula 11.ª

(Incompatibilidade, Impedimentos e Conflitos de Interesses)

1. Ao Adjudicatário, são aplicáveis, com as devidas adaptações, as regras relativas às garantias de imparcialidade previstas no Código do Procedimento Administrativo.
2. O Adjudicatário deverá suspender, de imediato, a sua atividade, quando ocorra qualquer circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, nomeadamente quando se verifique qualquer situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesses.
3. Entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o Adjudicatário, por força do contrato ou por causa dele ou mesmo no exercício de outras atividades, pessoais ou profissionais, tenha de tomar opções técnicas, propor decisões ou emitir pareceres, com reflexo direto ou indireto em procedimentos de qualquer natureza, que possam afetar, ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros ao ISEP, privados ou públicos, e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor, ou que possam suscitar dúvida fundada sobre a isenção e o rigor que são devidos.
4. Se, ao longo da prestação de serviços objeto do presente contrato, vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, o Adjudicatário compromete-se a informar o ISEP desse facto e a tomar as medidas necessárias à sua superação.

Secção II

Do pagamento

Cláusula 12^a

(Condições e forma de Pagamento)

1. Os concorrentes não podem propor adiantamentos por conta do serviço a fornecer.
2. Os pagamentos ao adjudicatário, far-se-ão, cumpridas as formalidades legalmente exigidas, mediante a apresentação das faturas correspondentes.
3. Os concorrentes, terão, obrigatoriamente, de emitir faturas eletrónicas, sob pena de verem devolvidas as faturas emitidas desconformidade com o disposto no artigo 299.º - B do CCP.
4. Desde que devidamente emitidas, e observando o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas, através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo Adjudicatário.

Capítulo III

Sanções Contratuais, Força maior e Rescisão

Cláusula 13.^a

(Sanções Contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o ISEP, pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais de natureza pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos indicados no articulado do Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor do Gás Natural, em vigor durante o período de vigência contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o ISEP, poder-lhe-á exigir uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número antecedente, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do disposto no número 1, no que concerne à prestação do serviço cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o ISEP, terá em consideração, designadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências advindas do incumprimento.
5. O ISEP, poderá compensar, os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sobreditas penas pecuniárias, não obstam a que o ISEP, possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª

(Casos fortuitos ou de força maior)

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Cláusula 15.ª

(Seguros)

1. É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de riscos inerentes ao serviço objeto do contrato.
2. O ISEP pode, sempre que entender por conveniente, exigir, prova documental, da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 dias.

Cláusula 16.ª

(Rescisão do contrato)

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere, nos termos legais, o direito à sua rescisão, sem prejuízo das correspondentes e exigíveis indemnizações.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega dos bens por período superior a 5 dias úteis.

Capítulo IV

Da não exigibilidade de Caução

Cláusula 17.ª

(Não exigibilidade de Caução)

Nos termos do disposto no artigo 88.º n.º 2 alínea a) do CCP, não é exigida a prestação de caução por parte do adjudicatário. Todavia, nos termos do disposto no n.º 3 do atrás referido artigo, a entidade adjudicante, reserva-se ao direito de proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, se considerar conveniente.

Capítulo V

Resolução de Litígios

Cláusula 18.ª

(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições Finais

Cláusula 19.ª

(Subcontratação e Cessão da Posição Contratual)

1. A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização prévia da outra, dado por escrito, nos termos do CCP.

2. A subcontratação prevista no número anterior não prejudica as obrigações que para o Adjudicatário decorrem do contrato e da legislação aplicável.
3. O ISEP tem, sobre o subcontratado, todos os poderes e faculdades que teria se fosse o Adjudicatário a realizar o objeto do subcontrato.

Cláusula 20.ª

(Cessão da Posição Contratual por Incumprimento do Adjudicatário)

Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do concurso público, que venha a ser indicado pelo ISEP, pela ordem sequencial das propostas apresentadas e admitidas a concurso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 318.º-A do CCP.

Cláusula 21.ª

(Comunicações e Notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nomeadamente prevendo que estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para sede e instalações de cada uma, as mesmas deverão processar-se por recurso ao correio eletrónico, utilizando para o efeito os endereços definidos no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração das informações, referidas no número anterior, deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

(Contagem dos Prazos)

Os prazos previstos no contrato, no que concerne à sua execução, são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª

(Legislação Aplicável)

O contrato a celebrar é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusula 24.ª

(Gestor do Contrato)

Será nomeado/a com as funções de Gestor do Contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o/a qual, aquando da outorga do contrato, será incluído/a no respetivo clausulado.

PARTE II**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****Cláusula 25.ª**

(Objeto da Contratação de Serviços)

1. O consumo anual previsto, baseado no histórico dos últimos anos, é de cerca de 1 061 000,00 kWh, podendo oscilar em função da variação do combustível na origem. Consumo esse, distribuído pelos respetivos CUI, da seguinte forma:

Edifícios G e H - Caldeiras	kWh	250 000
Edifício E - Caldeira	kWh	0
Edifícios B, C, D, I, J e LTQ - Caldeiras	kWh	565 000
Edifício F - Oficinas	kWh	16 000
Edifício F - Caldeira Aquecimento	kWh	230 000
Edifício F – antigo restaurante	KWh	0
TOTAL consumo (12 meses)	kWh	1 061 000

2. O consumo real, poderá ser diferenciado face à estimativa supra, pelo que a distribuição de consumos apenas serve de referência para o apuramento total do valor de kWh a contratar e distribuição de gastos pelas diferentes instalações.

3. O consumo supra, destina-se à totalidade das instalações indicadas na cláusula 5.ª (e constantes na tabela que figura no número 1 da presente), pelo que os consumos deverão ser apurados individualmente por instalação.

Cláusula 26.ª

(Obrigações do adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem, ainda, para o adjudicatário, as seguintes obrigações:
 - a) Garantir o fornecimento de gás natural nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento de Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais emitidos pela ERSE.
 - b) Garantir as alterações necessárias nos equipamentos, até à entrada em funcionamento, para combustão de gás natural, sem encargos para a entidade adjudicante.
 - c) Disponibilizar os registos de leitura de contagem do gás ao ISEP.
 - d) Garantir a contagem do gás em ciclos mensais.
 - e) Manter inalterado do preço apresentado na proposta para o fornecimento do gás pelo período de vigência do contrato.
2. O adjudicatário é responsável perante o ISEP, pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do pessoal nos termos da legislação aplicável, designadamente no que respeita ao seguro para cobertura de riscos e acidentes de trabalho, doenças profissionais e no que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho.
3. O adjudicatário, fica, ainda responsável, pela disciplina e aptidão profissional bem como pela reparação de prejuízos por ele causados nas instalações, equipamentos e materiais do ISEP ou de terceiros.

Cláusula 27.ª

(Obrigações da entidade adjudicante)

São obrigações da entidade adjudicante:

1. Consumir, em exclusivo, o gás fornecido pelo adjudicatário.

2. Dar conhecimento imediato ao adjudicatário de qualquer facto ou circunstância que faça perigar a posse ou utilização das instalações.
3. Cumprir as instruções de utilização e segurança.
4. Não proceder à deslocação ou a qualquer alteração das instalações, sem prévia concordância escrita do adjudicatário, e solicitar exclusivamente a esta ou a quem ela designar as reparações das mesmas.

Cláusula 28.ª

(Patentes, Licenças e Marcas Registadas)

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de obras protegidas por direitos de autor e direitos conexos e da utilização de direitos privativos protegidos pela propriedade industrial, como patentes, licenças e marcas registadas ou outros direitos similares, incluindo nomes de domínio, utilizados na ou necessários à execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandado por ter infringido, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a indemnizá-lo de todas as despesas e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for, em consequência das referidas infrações.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário, obriga-se, ainda, a obter as autorizações ou licenças necessárias à utilização pelo adjudicante dos direitos mencionados no número um da presente cláusula.

ANEXOS:

Anexo A – Tratamento de dados pessoais.

Anexo B – Instruções para Preenchimento do DEUCP

Anexo C – Anexo II.

Anexo A

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (*) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, estar ciente de que:

A. Obrigações do ISEP:

1. O ISEP procederá ao tratamento de dados pessoais para efeitos exclusivos de execução do contrato a celebrar e do cumprimento de obrigações legais;
2. O ISEP, escola integrada no Instituto Politécnico do Porto, enquanto entidade responsável pelo tratamento, dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, contactável através do endereço de correio eletrónico dpo@ipp.pt;
3. O titular de dados pessoais pode exercer os seus direitos perante o ISEP (na medida em que este efetue o tratamento dos seus dados), tais como o direito de informação / acesso, de retificação ou apagamento dos dados, bem como o direito à limitação e portabilidade dos mesmos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido para o endereço eletrónico atrás referido, gozando ainda do direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo;
4. O ISEP pode transmitir os dados pessoais a outras entidades, tidas como necessárias à prossecução das atividades do ISEP ou ao cumprimento de obrigações contratuais ou legais, desde que estas cumpram os requisitos legalmente aplicáveis, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais;
5. Os dados pessoais serão conservados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;

6. Para efeitos de gestão do contrato a celebrar podem ser realizadas operações automatizadas, nomeadamente definição de perfis, garantindo-se, contudo que as mesmas são efetuadas com os limites impostos pela legislação aplicável.

B. Obrigações do Adjudicatário / Prestador de serviço:

Para efeitos de execução do presente contrato de prestação de serviços/fornecimento, declara o Adjudicatário/Prestador de serviço, que se compromete a:

- i) Tratar todos os dados pessoais que lhe sejam fornecidos pelo ISEP unicamente para efeitos de gestão desta prestação de serviços/fornecimento, não podendo utilizá-los para outras finalidades nem ceder, a qualquer título, junto de terceiros;
- ii) Conservar os dados pessoais até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;
- iii) Tratar todos os dados pessoais que lhe sejam fornecidos pelo ISEP em respeito pelos princípios e obrigações impostas pela legislação nacional e comunitária referente ao tratamento de dados pessoais.

Assinatura

Data

(*) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ANEXO B

Instruções para Preenchimento do DEUCP

Segundo nota de 14 de julho de 2023, inserida no Portal “Base.gov” o Portal dos contratos públicos [<https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>], o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) é gerado através de uma ferramenta desenvolvida pela Comissão Europeia e disponibilizada pelo IMPIC, I.P., a título gratuito, no Portal BASE, tendo sido testada para funcionar com o Google Chrome ou Mozilla Firefox, pelo que poderá não funcionar com outro navegador web.

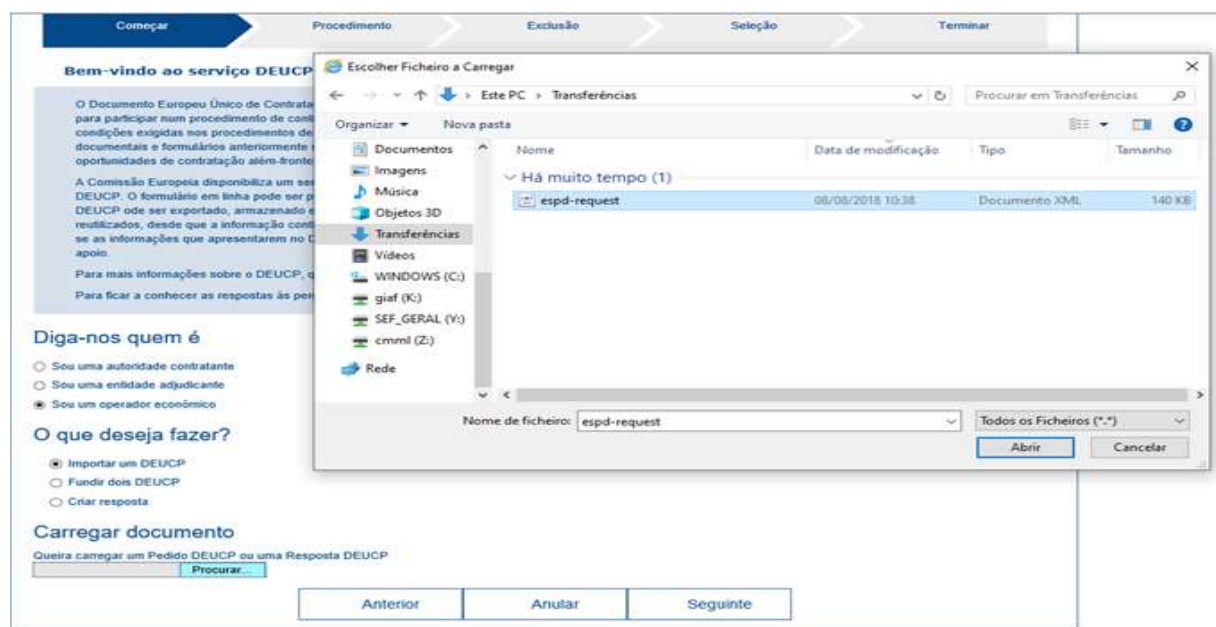
Temporariamente, o link de acesso ao DEUCP encontra-se desativado, pelo que poderá utilizar um dos seguintes serviços que são disponibilizados noutros Estados Membros.

Aqui, indicamos o link disponibilizado pelo Estado da Polónia (segue infra).

Assim:

<https://espd.uzp.gov.pl/filter?lang=pt>

2. Seleccionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espd-request.xml”



3. Uma vez carregado o ficheiro, seleccionar “Portugal” na caixa “Seleccionar país” e clicar “Seguinte”:

Carregar documento

Queira carregar um Pedido DEUCP ou uma Resposta DEUCP

C:\Users\cmm\Download Procurar...

Onde está localizada a sua empresa?

Selecionar país Portugal ▼

[Anterior](#)[Anular](#)[Seguinte](#)

4. Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
5. Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
6. Na Parte IV [Critérios de seleção] responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
7. Preencher a Parte V (Redução do número de candidatos qualificados), se aplicável.
7. Preencher a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo.
8. Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.

ANEXO C**ANEXO II****MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante, junta, em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)], os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º